

Documento de Trabalho nº61, CEsa, Lisboa, 2001

Como induzir o desenvolvimento em África?

por

José Guilherme Negrão

José Negrão é Professor na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, e Director do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário; Presidente do Conselho de Direcção do Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento.

*Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
O CEsa não confirma nem infirma
quaisquer opiniões neles expressas*

Como induzir o desenvolvimento em África?

por

José Guilherme Negrão

CEsA
Lisboa
2001

Como induzir o desenvolvimento em África?

Reflectindo sobre o Norte de Moçambique¹

José Negrão, Ph.D.²

A pergunta faz parte do quotidiano dos políticos africanos, especialistas das agências internacionais, trabalhadores de organizações não-governamentais, funcionários de ministérios da cooperação espalhados pelos países do Norte e académicos do mundo inteiro. Apesar dos \$500 biliões de dólares investidos pelos países africanos e outros \$200 pedidos emprestados nos últimos 40 anos, a África Sub-Sahariana é o continente onde as guerras são praga, os golpes de estado militares são comuns, os cataclismos naturais são fatalismo e a pobreza e estagnação económica são a realidade diária de milhões e milhões de cidadãos. O Fundo Monetário Internacional junta-se ao Banco Mundial, com o aval dos países mais ricos do mundo, na definição conjunta com os governos dos países africanos de estratégias e programas para a redução da pobreza absoluta. As Nações Unidas encontram eco junto do capital internacional ao falarem das agendas 2020 ou 2025 onde as inteligentes parcerias darão ao mundo um novo mundo. A pergunta, todavia, mantém-se, como induzir o desenvolvimento? Como assegurar que o investimento a realizar tenha os efeitos multiplicadores para que o desenvolvimento se torne endógeno ao próprio continente e o mundo deixe de ter de apelar à solidariedade e ajuda internacionais sempre que imagens de crianças famintas, mulheres encharcadas, homens garridamente armados e velhos de olhar vazio que ultrapassa a morte, se instalam na retina sem pedir licença?

É sobre esta questão que também me interrogo há mais de vinte anos ou como investigador isolado ou junto com outros colegas nas várias instituições de investigação e não só, onde a vida me levou por Moçambique inteiro. Nos últimos anos, junto com colegas dos mais diferentes sectores de actividade criamos o Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, com apoio de milhares de camponeses e de cidadãos anónimos de todo o País fizemos a Campanha Terra e com o estímulo e desafio de organizações da sociedade civil e empresários, de ministros e líderes da oposição, de religiosos e cooperantes participamos em numerosos seminários e demos dezenas de palestras pelo País inteiro.

É pois sobre esta experiência acumulada que este artigo tenta fazer a síntese da produção do conhecimento teórico ao longo dos anos. Começamos por fazer uma breve incursão à evolução do pensamento teórico no domínio da economia do desenvolvimento desde os anos 1950 até aos nossos dias. Num segundo capítulo é feito o retorno à evidência empírica e à sua conceptualização num modelo de comportamento económico pela família rural africana. Baseado nos resultados encontradas somos obrigados a revisitar os pressupostos que, usualmente, são tidos como dados adquiridos, para no quarto capítulo se apresentar o modelo analítico que foi desenvolvido pela equipa do Cruzeiro do Sul nos trabalhos de investigação realizados no Norte de Moçambique e assim tentar responder à pergunta que deu o título ao artigo – Como induzir o desenvolvimento em África?

¹ Versão Preliminar em Língua Portuguesa. A versão em Língua Inglesa foi enviada para publicação na revista *World Development*

² Professor na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, e Director do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário; Presidente do Conselho de Direcção do Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. E-mail: jnegrao@tropical.co.mz

1. As Respostas Até Hoje Encontradas

Terminada a segunda guerra mundial e anunciando-se o princípio do fim dos impérios coloniais a economia de desenvolvimento, que até então era domínio, fundamentalmente, das administrações coloniais, passou a ser um ramo específico da teoria económica em torno da questão sobre como promover o desenvolvimento nos países pobres. Ao longo das décadas foram-se formulando paradigmas e desenhando modelos, iremos passar em revista alguns deles com o objectivo de se identificarem as causas porque foram ultrapassados com o tempo.

Na década 1950-60, surgiu o *paradigma da modernização* e com ele os *modelos dualistas*. O tradicional e o moderno, o rural e o urbano, a agricultura e a indústria, são algumas das versões do dualismo que, na sua essência advogavam que se deveria investir num sector *moderno* com uma economia orientada para o mercado e alimentada com os excedentes de força de trabalho provenientes de um outro sector onde se vivia baseado numa *economia de subsistência* [Lewis, 1955].

Entre as limitações encontradas na aplicação destes modelos são de salientar: (i) o fluxo migratório para os centros urbanos é maior que a oferta de emprego, consequentemente, a *economia de subsistência* torna-se cada vez menos capaz de cumprir com a sua função de reprodução social e a procura do produto do *sector moderno* tende a diminuir; (ii) o rendimento anual per capita tende a decrescer, muito embora se possa verificar um aumento do PIB per capita este está concentrado numa franja da sociedade não significativa em termos globais; (iii) o pressuposto de que havia tempo em excesso, lazer, que poderia ser utilizado na produção de alimentos, não se verifica devido aos calendários agrícolas e às relações de género no seio da unidade produtiva familiar, ou seja o lazer não é automaticamente substituível pela produção de alimentos; (iv) por último verifica-se uma crescente marginalização da mulher que se dedica à *economia de subsistência*.

A ideia de que o desenvolvimento estava dependente da existência de ricos detentores da modernização e de pobres fornecedores de força de trabalho, foi sendo questionada e substituída pela de que os pobres também podiam fazer o desenvolvimento desde que a produtividade fosse aumentada. Tratava-se do *paradigma da pobreza* em que se basearam os *modelos produtivistas* que deram origem, entre outros, à revolução verde, nos anos 1960-70 [Myrdal, 1968].

Na implementação, porém, surgiram uma série de contrariedades que não tinham sido previstas quando da concepção dos modelos, entre elas são de mencionar: (i) a exigência de grandes investimentos públicos na investigação e disseminação de novas técnicas e tecnologias faz aumentar a taxa de inflação; (ii) a marginalização da mulher e das famílias mais pobres na distribuição dos rendimentos devido à pressão para se repor o crédito em *inputs* recebido nos pacotes tecnológicos; (iii) um aumento incontrolável do arrendamento de terras por acumulação de dívidas dos mais pobres; (iv) permanente tensão entre o Estado e o mercado na determinação dos preços dos *inputs* e *outputs* para a produção agrícola.

Como consequência o questionamento do papel do mercado na elaboração teórica foi ganhando espaço. A interpretação marxista da economia, que até então fora monopólio dos países socialistas nas suas versões soviética e chinesa, estendeu-se à América Latina e à África. O marxismo renovou-se com a crítica ao mercado internacional e à desigualdade dos termos de troca, as relações de classe foram analisadas à escala mundial e surgiu o *paradigma da dependência* que deu corpo aos *modelos proteccionistas* dos anos 1970-80 [Prebisch, 1984; Baran, 1970]. Enquanto que os modelos estruturalistas radicais puseram em causa o mercado, fosse qual fosse, e optaram pela implementação do socialismo, os suaves advogaram que a dependência, derivada das relações desiguais entre a *periferia* e o *centro*, exige rápida industrialização dos países do Sul para substituir as importações dos produtos do Norte.

Entre as limitações identificadas quando da implementação dos modelos proteccionistas são de referir: (i) o controlo das importações inflaciona os custos; (ii) o proteccionismo só beneficia alguns e raramente se traduz em investimento local; (iii) a protecção da indústria baixa o preço de compra dos produtores familiares; (iv) os preços dos produtos agro-industriais protegidos dos países do Sul não conseguem competir com os preços subsidiados dos produtos agrícolas convencionais controlados pelo Norte.

As dificuldades associadas à implementação dos modelos proteccionistas alimentaram as teorias neo-clássicas em torno da reabilitação do *paradigma do mercado* para quem população e poupança são as principais determinantes no crescimento económico. Sobre este paradigma se basearam os *modelos neo-liberais* dos anos 1980-1990. Sob o lema “*get the prices right*” e os mercados internacionais serão conquistados, fizeram-se os reajustamentos estruturais, consolidou-se a propriedade privada dos meios de produção, em lugar de pública, e globalizou-se o capital. Cria-se que em poucos anos o crescimento económico aconteceria e paulatinamente daria lugar ao desenvolvimento onde as condições sociais dos cidadãos acabariam por melhorar [Friedman, 1980; World Bank, 1989].

Mas nem tudo correu conforme previam os modelos, a pobreza não diminuiu ao ritmo desejado e em muitos casos nem se chegou a perspectivar a sua erradicação, as convulsões sociais avolumaram-se tomando rapidamente as cidades o que fez aumentar o risco e, conseqüentemente reduzir o imprescindível investimento. Dentre as principais dificuldades na implementação dos modelos neo-liberais são de mencionar: (i) ao contrário do pressuposto teórico, no *mundo real* os mercados são imperfeitos, incipientes ou simplesmente inexistentes; (ii) a “*mão invisível do mercado*” só por si acarreta externalidades, em particular contra a mulher (custo de oportunidade do tempo de trabalho) e o meio-ambiente (deseconomias de escala); (iii) verifica-se a tendência para a poupança ser transformada em capital mercantil, internacionalizando-se, em lugar do investimento produtivo ao nível nacional; (iv) as famílias rurais não têm acesso a poupança suficiente para tomarem opções de acordo com a racionalidade económica dos sinais do mercado.

No final do Século começou a verificar-se a ruptura epistemológica no domínio da Economia do Desenvolvimento. Os velhos paradigmas não dão resposta satisfatória aos problemas que vão surgindo com a aplicação dos modelos que se sucedem com

cada vez maior velocidade. O *tempo histórico* torna-se mais curto, a uniausalidade dos modelos opõe-se a complexidade não-linear, o pressuposto do mercado perfeito é quotidianamente confrontado a realidade dos mercados incipientes e mesmo inexistentes, ao *hedonismo* (a abstracção não realista do *homem económico*) que assume o desenvolvimento em equilíbrio opõe-se o aumento constante dos retornos a níveis imprevisíveis, a exclusividade da estrutura lógico-dedutiva da economia ortodoxa começa a permitir a inclusão do pensamento teórico não-lógico para a construção dos pressupostos, premissas e evidências, e à racionalidade individual opõe-se a racionalidade da unidade social, ou seja, uma racionalidade colectiva que se reflete na diversidade dos quadros intuitivos.

Face às limitações encontradas o conceito de desenvolvimento teve de ser adjectivado para que melhor fosse percebido. São sete os adjectivos que vão surgindo: (i) *Equitativamente Distribuído* - à partida se devem estabelecer as bases para que o crescimento económico seja acompanhado de desenvolvimento; (ii) *Balanceado No Género* - a autonomia da mulher nos processos de tomada de decisões no seio da família; (iii) *Regionalmente Sensível* - As assimetrias valorizadas como sinónimo de justiça social, são as assimetrias das regiões longínquas e desfavorecidas, o desenvolvimento não tem de passar, obrigatoriamente, por pólos de atracção urbana alimentados pelo suicídio do campesinato; (iv) *À Escala Humana* - O aumento de consciência dos direitos de cada um e do respeito pelo *direito à diferença* é essencial para que o desenvolvimento conte com a participação democrática de todos no exercício do poder; (v) *Culturalmente Descentralizado* - A descentralização é a afirmação do quadro institucional local, a apropriação do poder, num movimento onde a cultura da gestão se reforça pela *miscegenização* das exógenas imposições do governo central e se reflecte na diminuição dos custos de transacção; (vi) *Participativamente Planificado* - A planificação e o uso dos recursos deve contar com a participação interactiva daqueles sobre quem as decisões vão recair; (vii) *Sustentável* - O desenvolvimento tem de usar os recursos sem levar ao declínio da sua *utilidade per capita* ao longo das gerações [CS,1998].

A situação de ruptura epistemológica da economia de desenvolvimento criou um vazio teórico que conduziu as agências internacionais, doadores e governos a um empirismo exarcebado nas suas actuações. Entre as manifestações desse empiricismo em países como Moçambique são de destacar: (i) os custos do dinheiro à escala nacional são, sistematicamente, ignorados, partindo-se do pressuposto, não verificável, de que o mercado tenderá a cobri-los; (ii) a elaboração dos quadros lógicos, das árvores dos problemas e dos diagnósticos participativos primam pelo positivismo absolutista onde só a dedução é tida como válida, desprezando-se o papel da indução e da teoria; (iii) insiste-se no aumento da oferta por parte das unidades produtivas rurais para reduzir a pobreza assumindo-se que a procura tem perfeita elasticidade; (iv) as instituições, em lugar de serem vistas como mecanismos flexíveis e abertos à mudança, são tidas como o quadro legal aprovado nos parlamentos nacionais, tendo-se a ingenuidade da avestruz ao fazer-se a abordagem sectorial exclusivamente através dos ministérios; (v) seja onde for no mundo, o modelo ocidental da democracia representativa é imposto como qualitativamente superior, sem se atender às práticas endógenas de democracia participativa que acontecem um pouco por toda a parte.

2. Retorno À Evidência Empírica

Nos domínios da produção do conhecimento científico é cada vez maior o reconhecimento dos limites das análises positivistas e de sistemas lineares que têm acompanhado a teoria desenvolvimentista. O imprevisível, o caos, a complexidade não-linear têm de ser tomados em consideração quando da projecção modelar das actividades. Cremos que o positivismo, que apresenta como forma mais refinada o *estruturalismo* e como manifestação quotidiana das agências de desenvolvimento o *quadro lógico*, chegaram ao limite da sua capacidade de previsão e de projecção sobre os resultados a alcançar. É necessário ter a complexidade não-linear como característica e não como excepção *inside the black box*. Como tal, sómente a incorporação da possibilidade de mudança ao longo do tempo, pode actuar como garantia de sucesso.

As implicações de uma definição deste tipo são múltiplas, porém duas surgem como fundamentais. A primeira é a adopção de uma abordagem holística, onde o conjunto dos aspectos económicos (produtividade e crescimento), ambientais (ecossistemas e bio-diversidade) e sociais (identidades, poder, acesso, etc.) sejam mais do que o simples somatório sectorial das partes da contabilidade nacional. A segunda é o questionamento dos pressupostos que normalmente se têm como dados adquiridos quando se trata de desenvolvimento rural em África. Neste segundo capítulo iremos reter-nos no aspecto da abordagem holística, para no próximo passarmos em revista os pressupostos.

Evidência empírica e histórica construída permite definir a família rural como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais Africanas. Subentende-se que a agricultura representa uma fonte de rendimento indispensável mas não exclusiva e que o comportamento de cada unidade singular é parte integrante de um todo onde reside a reprodução social e o seguro contra riscos [Negrão,1995].

A primeira característica a reter é que as funções de produção e de consumo são interdependentes nos processos de tomada de decisão sobre a adjudicação de recursos, ou seja não é possível aplicarem-se modelos económicos que considerem a empresa como unidade produtiva e o lar como unidade de consumo.

Uma segunda característica de salientar é que a função de distribuição também se coloca ao nível da família rural. A distribuição dos factores de produção de acordo com o rendimento e a sua acumulação em bens ou obrigações é essencial para as relações sociais e económicas entre as famílias rurais.

Uma terceira característica é que na população alvo não houve desenvolvimentos tecnológicos significativos nas actividades agrárias das famílias rurais nos últimos cem anos.

Função de Produção

A família rural é uma unidade de produção, ela produz um resultado. Resultado esse que pode ser agrícola, mas que pode também incluir os rendimentos provenientes da criação de gado, artesanato, pequenas indústrias, comércio e do mercado informal. Mais ainda, o resultado da adjudicação do tempo de trabalho da família pode ser o salário ou pagamentos auferidos nas zonas rurais ou nos centros urbanos.

Porém, apesar dos vários resultados conseguidos pela família rural, há um que é indispensável - o da agricultura - aquele que, por livre vontade da família não é completamente substituído pelas outras fontes de rendimento. Se ele é o principal ou não depende de vários outros factores, como sejam as condições ambientais, os termos de troca, o mercado de trabalho e o sistema fiscal em vigor.

Como a agricultura é indispensável, torna-se vital para a família rural ter acesso à terra. Quer como detentora de uma ou mais machambas, como arrendatária ou como senhor de terras a família desenvolve uma relação com a terra que não está alheia a factores externos sobre os quais não tem controlo. Esta relação está dependente do sistema de uso da terra que estabelece as normas de acesso, posse, transmissão e alienação.

Embora os sistemas de uso da terra tivessem preservado o acesso à terra em Moçambique ao longo dos anos, houve uma ameaça quase que permanente à sobrevivência e à reprodução social, que forçou que a minimização dos riscos se tornasse mais importante que a maximização dos lucros desta unidade produtiva. Dois elementos resultaram do confronto entre a família rural e as pressões externas, a garantia de ter o indispensável resultado agrícola e a divisão do uso do tempo de trabalho dos membros em actividades agrícolas e extra-agrícolas. Assim, as famílias rurais são aquelas cuja segurança última reside, fundamentalmente, nos direitos do uso da força de trabalho dos seus membros [Saul&Woods,1971].

Não há confirmação histórica de que a minimização dos riscos pela família rural exclua a maximização dos lucros, mas de que esta surge sempre que a sobrevivência e a reprodução social estão assegurados. É errado assumir-se que a família rural no momento em que satisfaz as suas necessidades básicas deixa de ter interesse em alcançar lucros [Rosenzweig,1988], ou afirmar que a racionalidade do comportamento económico das famílias rurais moçambicanas é "culturalmente" determinada pela satisfação das necessidades básicas [Serra,1991].

É possível assim caracterizar uma função de produção agregada:

- i. pode ser mensurada através do tempo de trabalho empregue para a obtenção dos correspondentes rendimentos;
- ii. primeiramente ela assegurar a produção dos rendimentos agrícolas considerados indispensáveis; e,
- iii. como qualquer outra função de produção que lida com o mercado, procura maximizar os lucros dentro das restrições e dos limites impostos por factores que lhe são exógenos.

Função de Consumo

A família rural é também uma unidade de consumo. Ela consome não só a sua própria produção mas também o que é comprado, trocado ou recebido a crédito. O consumo tem por objectivo a satisfação das necessidades da família, que são o que é diariamente gasto pelos membros, na reprodução social e no cumprimento das obrigações sociais, como sejam o pagamento de impostos, os compromissos das alianças entre linhagens e as festividades. Obviamente que as mesmas pressões exógenas que afectam enquanto unidade de produção também estão presentes enquanto unidade de consumo. Ou seja, os resultados são orientados primeiro para a minimização dos riscos e em segundo lugar para o bem estar da família.

Neste sentido, não tem significado tentar-se definir a família sómente como aquela que partilha do mesmo teto ou da mesma panela. Da mesma maneira que membros da mesma família podem dormir em tetos separados (migração sazonal masculina) também pode acontecer haver diferentes panelas, sem com isso se iludir o cumprimento das obrigações sociais da família. É errado confinar-se a unidade de consumo à dimensão espacial do lar [Meillassoux,1975; UNICEF,1994; Johnson et.al.,1990]. A família é '*não sómente acomodação e alimentação, ela partilha rendimentos, camas, corpos, segredos, contas bancárias, linhagem, riqueza, parentesco, recreação, arrendamentos, descendentes (...) o repertório cultural da linhagem com complexas redes de obrigações e responsabilidade, demasiado valiosas para serem negligenciadas, especialmente, em situações de adversidade*' [Russell,1992,p.15].

Como unidade de consumo a família rural tem uma função de bem estar que não só representa a soma dos benefícios ou utilidades dos seus membros mas também, o que é mais relevante, a utilidade holística através da segurança da reprodução social. Seria demasiado fácil restringir a utilidade dos membros da família à satisfação das suas necessidades de subsistência [Klein,1980] ou confinar a família aos residentes no mesmo lar [World Bank,1990]. De facto, nem as necessidades são exclusivamente de subsistência nem a soma dos indivíduos no lar equivale às necessidades de toda a família. A função de bem estar social da família rural agrega as utilidades dos seus membros e incorpora os sistemas de alianças entre linhagens como garantia para a reprodução social.

O total bem-estar da família não é mensurável, mas é possível saber quando é que ela prefere uma situação a outra. Um denominador comum das preferências individuais e colectivas é a adjudicação do tempo de trabalho dos membros em actividades produtivas agrícolas ou extra-agrícolas. O critério de avaliação das preferências é dado por uma variável endógena e outra exógena. A variável endógena é a do rendimento em espécie que determina a quantidade de tempo que deve ser despendido na satisfação das necessidades básicas e no cumprimento das obrigações de reprodução. Há dois constrangimentos à eficiência desta variável: o recrutamento compulsório do tempo de trabalho por um terceiro e a adjudicação de tempo para a produção do resultado agrícola indispensável para que não haja fome. A variável exógena é a do rendimento em numerário que consome mais ou menos tempo de trabalho dos membros da família de acordo com o desempenho e as características dos mercados. Assim, a eventual eficiência económica que é procurada para a indução do desenvolvimento, irá requerer

muito mais do que a simples realocação do tempo de trabalho da produção para auto-consumo para a produção de comerciáveis, uma vez que há tempo de trabalho que não pode ser realocado e porque a sua adjudicação ao rendimento em numerário está dependente de vários constrangimentos, como sejam, as taxas salariais, os preços de mercado para os produtos agrícolas, e as oportunidades do mercado informal.

A função de consumo ou melhor, de bem-estar social, caracteriza-se por:

- i. ser medida pela soma do tempo de trabalho adjudicado às actividades produtivas agrícolas e não-agrícolas;
- ii. incluir a utilidade derivada do cumprimento das obrigações sociais;
- iii. distribuir-se ao longo de uma variável dependente (rendimento em espécie) e de uma variável independente (rendimento em numerário) cuja substitutabilidade de uma por outra não é perfeita.

Função de Distribuição

A família rural é também uma unidade de distribuição, no sentido em que ela distribui os factores de produção de acordo com as fontes e o tipo de rendimento. Há dois tipos de rendimento que se complementam no orçamento familiar - o rendimento em espécie e o rendimento em numerário. Em cada tipo de rendimento os factores de produção são distribuídos entre a agricultura e fora da agricultura. Em condições perfeitas de mercado os recursos seriam adjudicados de acordo com a sua produtividade marginal com vista a se alcançar o equilíbrio entre a oferta e a procura de cada factor de produção. Mas os mercados não são perfeitos. Com efeito, a história mostra-nos que as famílias rurais desenvolveram as suas instituições para o relacionamento com as imperfeições dos mercados. No nossos dias, tal como no passado, as famílias continuam a recorrer a complexas redes sociais de alianças entre linhagens para amortecer as flutuações e as imperfeições dos mercados, para minimizar os riscos, para garantir a reprodução, e como colateral do crescimento das famílias aliadas.

O tempo de trabalho da família é prioritariamente adjudicado à produção dos resultados agrícolas indispensáveis, o que inclui a produção agrícola em espécie e em numerário. Obviamente que a quantidade de tempo de trabalho adjudicada à agricultura para rendimentos em numerário está directamente dependente dos preços do mercado face à alternativa do uso do tempo para ganhos salariais ou do mercado informal. Dadas as incertezas e riscos das alternativas, a família rural opta pela distribuição do tempo dos seus membros pelo maior número possível de fontes de rendimento em numerário. A distribuição do tempo de trabalho pela variável de rendimento em numerário é assim diversificada por tantas quantas as oportunidades que o mercado oferece. No lado da variável de rendimento em espécie a quantidade de tempo disponível varia com aquele que é absorvido na angariação de rendimentos em numerário. As alianças entre linhagens são chamadas a intervir sempre que se verifica um déficite em trabalho na variável de rendimento em espécie, através, por exemplo do casamento com uma segunda mulher ou do uso do trabalho infantil da família alargada.

O ponto de equilíbrio seria o da utilização do tempo de trabalho na variável em espécie para cobrir o autoconsumo e a adjudicação de tempo para a variável de rendimento em

numerário para cobrir as despesas monetárias da família. Porém, como tal equilíbrio não existe devido às imperfeições do mercado e os preços do mercado para as culturas de rendimento não equivalerem à totalidade dos retornos do emprego e do mercado informal, as alianças tornam-se indispensáveis para cobrir os riscos em que se incorre com a migração sazonal do trabalho.

A distribuição da terra entre as variáveis de rendimento em numerário e em espécie, também está sujeita à dinâmica imposta pela distorcida produtividade marginal da terra. Somente em circunstâncias excepcionais é que a terra adjudicada a actividades não-agrícolas de rendimento em numerário oferece um retorno suficientemente alto que possa justificar a sua alienação. Por que o sistema de uso da terra é controlado pelo Estado ou por interesses monopolistas, as oportunidades para especulação com a terra em mercados externos são muito remotas. A única forma de aumentar o rendimento em numerário é o aluguer temporário de pequenas parcelas de terra entre os membros da comunidade. Como o acesso à terra é essencial para a produção do rendimento agrícola indispensável, o cumprimento das obrigações das alianças entre linhagens torna-se muito mais "rentável" do que a alienação "definitiva" da terra ou especulação através do arrendamento.

Há ainda a considerar os problemas relacionados com a localização das terras e os custos de transação que lhe são implícitos. Muitas vezes as famílias rurais foram impelidas para terras marginais, onde os solos são pobres, a produtividade é baixa, as culturas não são cotadas no mercado internacional e as distâncias são longas. Em tais circunstâncias a terra necessária para o produto agrícola em espécie é muito maior do que seria em terras não-marginais, isto é, mais tempo de trabalho é requerido para adquiri-lo devido à permanente rotação das machambas. Por outro lado, devido às distâncias e à baixa cotação das culturas, o uso da terra para a produção de excedentes pode ser quase que negligenciado quando comparado com os retornos provenientes do uso do tempo de trabalho em oportunidades alternativas de rendimentos em numerário. Quando tal acontece, a terra não é usada para a produção de excedentes, a migração envolve a maioria dos membros masculinos da família, e as alianças entre linhagens são reforçadas para cobrir o vazio deixado na variável em espécie e para assegurar o acesso a terra às gerações vindouras.

Satisfeito o consumo, os rendimentos são distribuídos por adicionais e multiplicadores, tanto da variável em espécie quanto da variável em numerário. O capital para a multiplicação do rendimento em numerário, pode ser aplicado à agricultura, contudo, os dados empíricos recolhidos sugerem que tal só acontece quando satisfeitas em simultâneo duas condições, os retornos serem equivalentes ou maiores que os resultados obtidos se o investimento fosse fora da agricultura, e se as alianças entre linhagens não forem ameaçadas devido, por exemplo, à expropriação de terras ou ao não reconhecimento de compromissos financeiros previamente assumidos. Porém, para a grande maioria das famílias rurais a simultaneidade entre estas duas condições nunca acontece, havendo, portanto uma aplicação preferencial do capital em duas frentes ao mesmo tempo, como multiplicador fora da agricultura e como adicional no reforço dos sistemas de alianças. As alianças são assim a garantia da reprodução da família e o seguro dos riscos incorridos quando do investimento.

A rigor, a distribuição dos factores de produção tem a ver com mais factores do que a simples extensão vertical ou horizontal do lar [Binswanger&McIntire,1987], ou com o facto do lar ser encabeçado por um homem ou por uma mulher [Russell,1992; Mafeje,1991; UNICEF,1994]. É também mais complexo do que a simples agregação das famílias nucleares ou alargadas em casas ou lares sujeitas a um ciclo de desenvolvimento [Ellis,1988; Russell,1992]. A distribuição envolve um dinâmico sistema de alianças de linhagens, que tem por apogeu o casamento, o momento em que a coabitação de um homem e de uma mulher implica a transferência de trabalho de uma para outra linhagem, a adjudicação de terra a um membro de outra linhagem e a aplicação do capital produzido pelo membro da linhagem *A* como multiplicador ou adicional da linhagem *B* [Cóquery-Vidrovitch,1985]. É por isso que não é relevante falar-se do ciclo de vida do casal ou do lar, uma vez que em cada linhagem há sempre alguém a casar, a morrer ou a nascer. É nas permanentes inter-relações entre a família rural e as alianças de linhagens implícitas ao casamento que reside a dinâmica do mundo rural [Shanin,1971; 1973; Isaacman,1989]. A existência de grande número de lares de famílias nucleares, encabeçados por um homem ou por uma mulher, não significa que as alianças foram preteridas em favor da nuclearização total da família [Russell,1992; Mafeje,1991]. Pelo contrário, no presente contexto macro-económico, é muito pouco provável que a miríade de mecanismos institucionais para lidar com a reprodução social, co-participação de riscos e de incentivos [Rosenzweig,1988; Mafeje,1991] possa dar lugar à atomização da família nuclear [Bernstein,1977; Kongstad & Monsted,1980].

Em suma, a função de distribuição da família rural caracteriza-se por:

- i. ela adjudica os factores de produção de acordo com a velocidade do retorno e com o custo de oportunidade dos inter-relacionamentos sociais e económicos das famílias rurais;
- ii. ela está dependente dos sistemas de alianças como garantia para a reprodução da família e como segurança contra os riscos específicos de qualquer eventual investimento;
- iii. ela aplica o capital em duas frentes simultâneas, como multiplicador na agricultura ou fora dela e como adicional no reforço dos sistemas de alianças.

Modelo do Comportamento Económico da Família Rural Africana

Assim, foi representada em gráfico a distribuição do tempo dos membros da família rural em função do tipo de rendimento [Negrão,1995]. Teve-se por premissas:

1. 'trade-off' ou relação causal negativa, entre a adjudicação de tempo para as actividades de rendimento em espécie (extra-mercado ou não-comerciáveis) [$y-y'$] e actividades de rendimento em numerário (mercado e comerciáveis) [$x-x'$];
2. a substituição das actividades de rendimento em espécie pelas actividades de rendimento em numerário torna-se imperfeita abaixo da linha de "segurança alimentar" [$a-a'$];
3. na variável em espécie o tempo usado na agricultura [$f-a$] não é substituível, e o tempo usado extra-agricultura [$a-d$] inclui, por exemplo, "trabalho

- doméstico", trabalho infantil, cumprimento das obrigações sociais, e "lazer" ou tempo perdido devido ao sub-emprego ou desemprego;
4. na variável em numerário o tempo usado na agricultura [$f-b$] inclui, produção de excedentes e de culturas de rendimento, enquanto que o uso do tempo extra-agricultura [$b-e$] inclui emprego/salário, actividades no mercado informal e extracção compulsória do trabalho (pagamento de impostos em trabalho e "exploração").

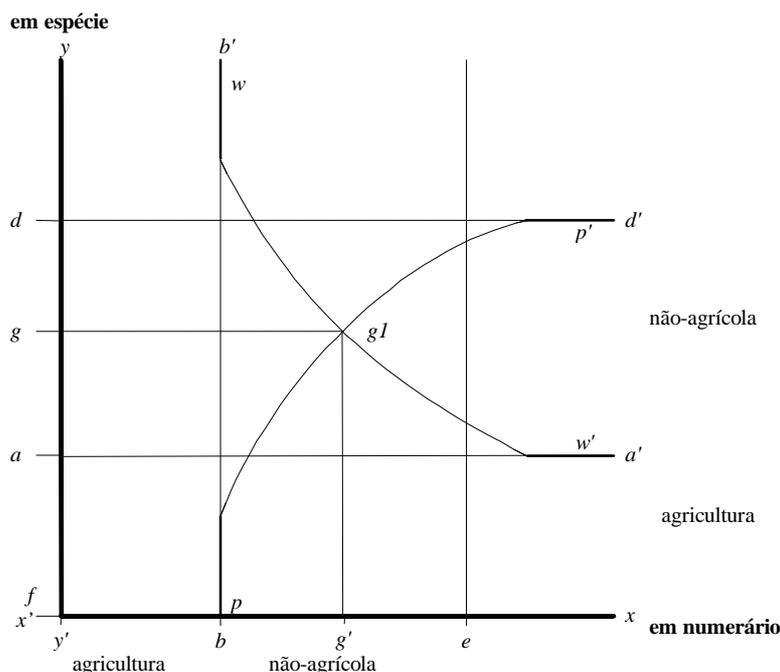


Fig.1: Comportamento económico da família rural africana

Um hipotético balanço perfeito [gI] (igual utilidade para a unidade de trabalho de tempo em ambas as variáveis) seria alcançado na conjugação do tempo extra-mercado (rendimento em espécie) na agricultura [$f-a$] mais extra-agricultura [$a-g$], com tempo para mercado (rendimento em numerário) na agricultura [$f-b$] mais extra-agricultura [$b-g$].

Em condições de mercado perfeitas, o que exclui a presença de desemprego no eixo de em espécie e a extracção compulsória do trabalho no eixo em numerário, ambas as funções de produção e de bem estar podem ser representadas no gráfico.

A função de bem estar está representada pela linha [$w-w'$]. Porque a utilidade pode ser alcançada através de várias combinações de rendimentos em espécie e de rendimentos em numerário a linha é curva e não direita. Principais características:

- i. devido ao balanço perfeito, o consumo de tempo indispensável para o rendimento agrícola deve ser balanceado com equivalente consumo de tempo no rendimento em numerário (que arbitrariamente estipulou-se ser a agricultura em numerário - excedentes e culturas de rendimento) assim,

- a função de bem estar não se pode mover para a esquerda de $[b-b']$ ou abaixo da linha de "segurança alimentar" $[a-a']$;
- ii. então, a função de bem estar da família requer que o uso da terra para actividades extra-mercado (produção de não-comerciáveis), não possa ser substituída pelas actividades para o mercado (produção de comerciáveis).

A representação da função de produção implica uma alteração da premissa número 1. Em lugar de uma relação negativa causal há uma relação positiva causal entre o resultado proveniente da adjudicação de factores de produção às actividades de rendimento em espécie $[y-y']$ e às actividades de rendimento em numerário $[x-x']$. A sua representação no mesmo gráfico torna-se possível devido à adopção do tempo como mesmo denominador comum. Sendo assim, a alteração da premissa número 1 não interfere na função de bem estar já definida, pelo contrário, passa a ser possível o estabelecimento de uma interligação entre ambas funções. Noutras palavras, tal como no mundo real, as funções de produção e de consumo foram mantidas interdependentes no processo de tomadas de decisões da família rural.

A função de produção está representada pela linha $[p-p']$. Porque o rendimento pode ser alcançado através de várias combinações de utilização dos factores nas variáveis em espécie e em numerário a linha é curva e não direita. Principais características:

- i. devido ao balanço perfeito, o indispensável rendimento em espécie tem de ser balanceado com o equivalente rendimento agrícola em numerário (excedentes e culturas de rendimento), sendo assim, a função de produção não se deve mover para a esquerda de $[b-b']$ ou acima da "linha de retorno diminuído" $[d-d']$;
- ii. assim, a função de produção da família requer que o uso da terra para a produção de não-comerciáveis seja complementada pela produção de comerciáveis;
- iii. a poupança encontra-se entre $[g]$ e $[e]$. Ela pode ser alcançada por duas vias: pelo aumento das produtividades (desenvolvimento tecnológico, melhores salários, termos de troca mais favoráveis) e pelo aumento das unidades de trabalho (poligamia e recurso ao trabalho infantil).

No entanto, como os mercados não são perfeitos, os movimentos das funções de bem estar e de produção para a esquerda da linha $[b-b']$, abaixo de $[a-a']$ e acima de $[d-d']$, são regularidades do mundo rural africano. De acordo com o gráfico, as reacções aos mercados imperfeitos podem ser:

- i. no caso de movimento da função de bem estar para a esquerda de $[b-b']$, que deriva de estrangimentos exógenos impostos ao mercado, a família rural tem falta de bens de consumo que eram supostos ser adquiridos com os rendimentos monetários provenientes da comercialização dos excedentes ou das culturas de rendimento;
- ii. no caso de movimento da mesma função abaixo de $[a-a']$, que deriva de calamidades naturais, instabilidade social ou esgotamento dos solos, a família rural depara-se com falta de alimentos e fome;

- iii. no caso de movimento da função de produção para a esquerda de $[b-b']$, também derivada de estrangimentos exógenos impostos ao mercado, a família rural tem falta de dinheiro ou numerário;
- iv. no caso de movimento desta mesma função acima de $[d-d']$, que deriva da extracção compulsória de trabalho, a família rural enfrenta uma situação de falta de força de trabalho.

Ao compreender-se como são tomadas as decisões das famílias rurais africanas sobre como adjudicar o tempo de trabalho, sobre quando usar a linhagem como colateral, sobre quanto poupar, sobre onde investir e sobre quanta propriedade adquirir ou vender, torna-se mais fácil responder à questão inicial – Como induzir o desenvolvimento em África?

3. Revisitar Os Pressupostos

A evidência empírica demonstra a necessidade de se revisitar alguns dos pressupostos, normalmente, tidos por dados adquiridos quando da fundamentação teórica para a construção de modelos normativos.

Num clássico estudo sobre o moderno desenvolvimento económico, Kuznets indica a elevada taxa de transformação estrutural e sectorial da economia como uma das suas principais características. O padrão histórico do desenvolvimento económico se caracteriza pois: pela acelerada reorientação da economia da agricultura para a indústria e os serviços; pela significativa alteração na escala das unidades de produção; e a transferência espacial e de estatuto do mundo rural para o mundo urbano, serviços, indústria e mais recentemente do sector informal.

Chenery não aceitou que houvesse um único padrão de desenvolvimento e dedicou-se ao estudo da sua diversidade, desenvolvendo as noções de indústrias primárias, indústrias tardias e indústrias que acompanham gradualmente a transformação económica, mas não negou a interpretação sobre a “inevitabilidade” do desenvolvimento se encontrar “off-agriculture”. Dos mesmos pressupostos se basearam também os modelos do crescimento balanceado de Nurske e de Rosenstein-Rodan ora orientados para a oferta ou para a procura como motores do salto em frente, e o modelo do crescimento não-balanceado defendido por Hirschman, de onde, de certa forma se alimentam as várias versões da “substituição das importações” defendidas por Prebisch, Furtado e Baran. Em todas estas escolas a agricultura e, conseqüentemente, o campesinato desempenham um papel relativo cada vez menos relevante no desempenho económico das nações.

Mais recentemente a pressão das escolas de pensamento teórico em vários domínios científicos se detêm cada vez mais na necessidade de se garantir a sustentabilidade do uso dos recursos surgindo um “resurgir” pela agricultura de pequena escala com tecnologias ecologicamente correctas. Os estudos de Adelman e Morris vieram a confirmar que a tendência para o desenvolvimento ter de ser sinónimo de “off-agriculture” não é universal nem deve ser universalizada [Adelman&Morris,1989]. Esses autores argumentam que, embora essa tendência se tenha manifestado em quase todos os casos onde o desenvolvimento teve lugar não significa, obrigatoriamente, que tenha de se processar ou se deva processar nos países sub-desenvolvidos dos nossos dias.

Face à evidência empírica, vários são os pressupostos a revisitar [Negrão,1997a; 1997b]:

- i. O pressuposto do fim do campesinato em África, ou seja a sua inevitável extinção através da urbanização ou transformação em trabalhador rural para a agricultura de escala, não é viável uma vez que: a taxa de crescimento populacional tende a manter-se estável a curto prazo e, eventualmente, tenderá para uma ligeira diminuição a médio prazo; a taxa de crescimento das economias nacionais em África não permite prever-se, a curto e mesmo a médio prazo, a oferta de postos de trabalho nos sectores da indústria e serviços

que acompanhe a procura; a estrutura do salário médio nacional tende a manter-se inalterável a curto e a médio prazos, ou seja, o salário continuará a cobrir somente uma parte das despesas em dinheiro, permanecendo a produção agrícola da mulher rural como a principal garantia de segurança alimentar para o agregado familiar.

- ii. o pressuposto da *ignorância técnica do campesinato*, o qual deriva em programas de extensão rural que pautam pelo aumento da oferta sem atender à procura;
- iii. o pressuposto da *incapacidade endógena de organização* por parte do campesinato, o qual deriva no investimento em métodos participativos para que os camponeses *aprendam* a identificar os seus problemas e a organizarem-se, ignorando as formas seculares de organização das sociedades rurais;
- iv. o pressuposto da *falta de informação sobre o mercado*, o qual deriva em estudos e posterior dessiminação dos resultados sobre preços e oportunidades sem ter em consideração as formas de acesso ao crédito e ao mercado;
- v. o pressuposto do *homem preguiçoso e da mulher trabalhadora*, o qual tem as relações de género no seio da família como determinadas pela ideologia sem atender às condições objectivas da reprodução social no mundo rural;
- vi. o pressuposto da *separação analítica das funções* de produção, consumo e distribuição, sem ter a família rural como uma unidade integrada;
- vii. o pressuposto da *separação estrutural dos agentes económicos e seus capitais*, como se o Estado não fosse também empresário ou o industrial um comerciante;
- viii. o pressuposto de que a *poupança é reinvestida* no País, sem se atender à drenagem de capital, nem às taxas de juro, nem às formas de redistribuição pelas redes de alianças de linhagens com vista à minimização dos riscos da reprodução social.

4. Onde Actuar?

Em 1997 uma agência de cooperação internacional junto com alguns membros do Governo de Moçambique colocaram-me esta pergunta³. Em resposta foi constituída uma equipa de investigadores e técnicos dos vários ramos e domínios das ciências. Foi assim constituído o Cruzeiro do Sul - Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. O trabalho realizado pela equipa do Cruzeiro do Sul no Norte de Moçambique permitiu identificar quatro premissas empíricas sobre as quais se veio a construir um modelo analítico com implicações normativas.

Direitos Fundamentais

Os estudos realizados confirmaram o que já antes havia sido dito [Schultz, 1964; 1988] que não só que a concretização dos direitos fundamentais do cidadão era inerente ao processo de desenvolvimento, como também que o investimento no capital humano contribuía positivamente na eficiência e na qualidade do desempenho do cidadão, bem como para assegurar a continuidade dos retornos pelos efeitos multiplicadores nas gerações seguintes.

Em matéria de *direitos fundamentais* foram cobertas as áreas dos direitos à água, à escola, à sanidade ambiental, à saúde e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas famílias rurais tendo em consideração a sua distribuição espacial.

A questão da distribuição espacial das famílias rurais foi objecto de particular atenção devido a experiência recente de aldeamentos na região Norte de Moçambique, as aldeias comunais, e na Tanzania, as Ujamaa. Dos estudos feitos concluiu-se que a concentração populacional leva à diminuição das distâncias relativas para a escola e para o posto de saúde, mas aumenta, consideravelmente, o tempo dispendido na deslocação para a machamba, lenha e água, com fortes implicações na discriminação do trabalho feminino e no acesso à escola pelas meninas. O aldeamento transporta consigo deseconomias de escala consideráveis, como sejam, problemas de congestionamento, a degradação ambiental derivada das queimadas não controladas e os problemas de saúde pública relacionados com a poluição fecal e a química derivada do uso dos pesticidas.

Concluiu-se ainda que a responsabilidade pela concretização dos direitos fundamentais deve ser partilhada por todos os actores do desenvolvimento, i.e., Estado, Sector Privado e Sociedade Civil. O Estado não deve ter o monopólio da intervenção, o Estado deve actuar quer como dinamizador quer como catalizador da intervenção dos vários parceiros.

Em matéria de capital humano as conclusões apontam para o desenvolvimento das capacidades endógenas, incluindo do conhecimento tecnológico, ao nível local. A

³ Trata-se da Delegação da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Nampula, Norte de Moçambique, e de alguns membros do Conselho de Ministros e Governadores Provinciais de Nampula, Niassa e Cabo Delgado.

transferência de conhecimento deve assentar no conhecimento endógeno existente no local e não como *blueprint* (o que normalmente acontece com a educação formal) que despreza os processos de negociação que se estabelecem entre o receptor e a mensagem. O conhecimento tecnológico local deve não só ser valorizado como também desenvolvido através da formação.

Taxa de Poupança

Como foi referido anteriormente, mais do que aumentar a oferta (tópico grato às agências internacionais) o que está em causa é o aumento da taxa de poupança da família rural e posterior investimento produtivo no sector agrário. A erradicação ou alívio da pobreza só é possível com o aumento da riqueza!

Os estudos demonstraram que a sustentabilidade do desenvolvimento depende da formação do capital e esta, por sua vez, só é possível quando: (i) a poupança é maior que o consumo (ii) e a poupança é direccionada para o investimento produtivo. Uma vez que a poupança per capita é função linear do rendimento per capita, só o aumento deste poderá transformar o produtor familiar em unidade produtiva com autonomia para tomar decisões económicas em função dos sinais e das oportunidades dos mercados. Ao manter-se o baixo investimento produtivo do sector familiar acentua-se a tendência para a discriminação da mulher aumentar devido ao baixo custo de oportunidade do trabalho agrícola. Importa reter porém, que o rendimento familiar depende, quase na totalidade, das actividades agrárias, as quais não são substituíveis pelo emprego cujos rendimentos são marginais aos alcançados através do auto-emprego.

No estudo de caso feito no Norte de Moçambique identificou-se uma diferença significativa entre o PIB per capita e o rendimento bruto da família, o que, normalmente é tido como indicador da diferença entre crescimento e desenvolvimento económico. A título de exemplo, o PIB per capita em 1998 era 176 US\$ [MPF,2000], enquanto que o levantamento do rendimento bruto indicou que cerca de 70% da população vive com US\$ 64.00 per capita por ano (US\$ 0.18 por dia) e sómente 4% têm rendimentos brutos superiores a US\$ 1.00 por dia. O fosso entre os relativamente ricos e os pobres é acentuado, os ricos têm um rendimento bruto 10 vezes superior ao dos pobres e são 17 vezes menos do que estes [CS,2000a] Nestas condições dificilmente se pode antever a acumulação de capital aos níveis necessários para se sair da pobreza.

Assim, concluiu-se ser pouco provável que a teoria ortodoxa da liberalização financeira, a qual assenta no princípio da mobilização da poupança do *sector tradicional* para criar o investimento no *sector moderno*, tenham aplicabilidade na presente situação da região Norte do País. Primeiro porque os lucros resultantes do fluxo de capitais do *sector tradicional* para o *moderno* está orientado para o mercado financeiro *off-shore* e segundo, derivado do primeiro, o tendencial aumento das taxas de juro resulta na diminuição da procura efectiva e, conseqüentemente, do produto.

Deriva daqui que a alternativa viável passa por duas componentes essenciais: (i) a adopção de uma abordagem neo-keynesiana, onde se tem a poupança agregada como determinada e não determinante do investimento, competindo ao sistema bancário o financiamento do investimento o que possibilitará o aumento da poupança através do efeito multiplicador; (ii) a urgência da criação de unidades de intermediação entre o sector financeiro formal e o informal, provedoras de crédito, com vista à inovação tecnológica e consequente desenvolvimento.

A segunda área de elaboração foi sobre a questão, onde se opera a inovação, no sector familiar ou no sector empresarial? Partindo dos pressupostos já referidos se concluiu que, dificilmente, Moçambique possa adoptar o *modelo inglês* do desenvolvimento agrário, baseado na grande empresa fundada no trabalho assalariado, seguido por exemplo pela África do Sul e pelo Zimbabwe, e tenha de optar pelo designado por *modelo dinamarquês*, baseado na transformação das tradicionais propriedades (ou machambas) familiares camponesas em unidades de produção individuais, altamente produtivas e extremamente abertas à incorporação de inovações tecnológicas.

A pergunta seguinte foi como fazê-lo? Face à inexistência de capital acumulado e às dificuldades de acesso ao crédito pelas unidades produtivas familiares, a alternativa encontrada foi o desenvolvimento de *parcerias de tipo novo* entre o sector familiar e o sector empresarial, tendo o camponês por capital a terra e o empresariado a tecnologia, o *know how* sobre gestão empresarial, a facilidade de acesso ao mercado e a possibilidade de acrescentar valor ao nível local através do processamento dos produtos das unidades familiares.

Processos de Tomada de Decisão

No terreno são evidentes as limitações da democracia representativa tão proclamada e defendida pelas agências internacionais, a capital fica demasiado longe, as elites do poder auto reproduzem-se e a demagogia partidária instala-se no discurso dos funcionários locais. Os estudos realizados demonstram que a estabilidade social e política exige bem mais do que a delegação do poder via voto, ela requer a participação efectiva nos processos de tomada de decisão desde o nível familiar até ao nível nacional, ou seja o exercício da democracia participativa.

A participação dos parceiros administrativos, económicos e sociais ao nível local foi vista como condição indispensável ao processo de desenvolvimento. A História Económica não demonstra existir uma correlação directa entre democracia representativa e crescimento económico, nem uma relação causal entre descentralização e exercício de poder pelas comunidades. Todavia, a evidência demonstrou que o processo de desenvolvimento é tanto mais eficaz quanto maiores forem: (i) a legitimidade do poder do Estado e (ii) as condições materiais, financeiras e humanas para o exercício desse poder.

Resulta daqui que o processo de descentralização, tido como forma de devolução do poder aos cidadãos, deve ser acompanhado do estabelecimento de mecanismos e práticas de envolvimento do cidadão e de negociação entre os vários grupos de

interesse, a começar pelas relações de género no seio da família rural, a todos os outros níveis e interesses do espaço nacional. Por uma questão de estabilidade social é recomendável a adopção do princípio da *aplicação gradual e em simultâneo* em, pelo menos, três áreas distintas: (i) a área político-administrativa do Estado – Capital Nacional, Províncias e Distritos; (ii) a área dos grupos de interesse – Estado, Sector Empresarial e Sociedade Civil; e (iii) a área comunitária – Família, Comunidade, Localidade ou equivalente área territorial onde as autoridades locais são reconhecidas.

Concluiu-se ainda que a questão das distâncias relativas para os recursos (machamba, água e lenha), para os mercados (de trabalho e de produtos) e para os serviços (educação e saúde), joga um papel determinante na adjudicação do tempo de trabalho disponível no seio da família rural. A elasticidade da curva de utilização do trabalho na família para as actividades produtivas e domésticas é, praticamente, nula. O custo de oportunidade de utilização do tempo de trabalho é definido em função do sexo e da idade sendo menor para o sexo feminino na idade adulta, seguido do feminino jovem e maior entre o varão adulto. Mais ainda, a investigação demonstrou que esta divisão do trabalho não depende de pressupostos de carácter ideológico, mas são estes que derivam de condições objectivas relacionadas com a produtividade e as distâncias relativas. Assim se conclui que somente através da alteração das condições objectivas é que se pode ter a uma maior participação nos processos de tomada de decisão.

Tecido Institucional

Entende-se por instituições as regras, normas e costumes que definem os direitos e fazem cumprir os deveres no relacionamento entre as pessoas. Verificou-se que quanto maior é a legitimidade e a maleabilidade das instituições maior é a equidade na distribuição dos rendimentos e menores são os custos de transação, entendendo-se por estes os relacionados com a informação, a negociação e a monitorização da implementação das decisões das unidades produtivas.

No referentes às instituições endógenas à sociedade, a investigação indicou que embora o papel das *autoridades locais* se mantenha na esfera da simbologia representativa da coesão social, ele torna-se muito menos significativo no estabelecimento das alianças entre linhagens, na gestão da força de trabalho das unidades produtivas e das reservas alimentares para o período da fome (trata-se dos meses antes das colheitas em que se verifica um deficit alimentar generalizado entre as famílias rurais). Verifica-se ainda que, à medida que o seu papel de regulador da distribuição dos rendimentos entre todos os membros da linhagem diminui, vai-se reforçando o carácter de classe dos chefes através da monopolização da gestão da terra, assumindo formas como arrendamento e alienação entre os seus e com terceiros. Em síntese, a evidência reunida parece indicar que os representantes das instituições endógenas vão perdendo a função de minimizar os riscos da reprodução social (mantendo todavia a função de coesão social) e tendem para fazer da gestão da propriedade uma forma de maximizar os rendimentos de alguns dos seus membros.

Por outro lado confirmou-se a flexibilidade e a capacidade de mudança dos sistemas de alianças de linhagens. No caso estudado o tradicional sistema de parentesco da

sociedade Makhua baseia-se no clã exogâmico uxorilocal apelidado de *nihimo*. De acordo com os direitos consuetudinários a sucessão e a transmissão são feitas por via uterina, o casamento é uxorilocal e os filhos pertencem sempre à mãe. Em matéria económica a *Muthete* (espaço territorial da família alargada) é a unidade base da reprodução social cumprindo o celeiro colectivo (*celeiro da sogra*) a função de garantia da segurança alimentar da família [Geffray,1999]. Os resultados da investigação demonstram porém, que (i) o casamento tende a ser patrilocal; (ii) a monetarização da economia relegou para segundo plano a função de segurança alimentar desempenhada pelo *celeiro da sogra*; e (iii) a família nuclear tende a encontrar espaços residenciais fora da *Muthete* da esposa, constituindo-se novas unidades residenciais. Não se pode inferir daqui, no entanto, que a mudança no sistema de parentesco seja indicativa de ruptura de parte do tecido institucional, mas tão somente que a elasticidade deste está a cumprir a sua função de flexibilidade para a incorporação da mudança.

No âmbito das instituições exógenas à sociedade, o Estado destaca-se na sua actuação de fora para dentro, ao transportar e impor custos de transacção elevadíssimos. Fá-lo, ao não regular as formas de negociação, ao permitir e participar em condições de monopólio e monopsónicas, e ao alimentar a burocracia, ser permiável à corrupção e apático em relação às dinâmicas do(s) mercado(s).

Por último, foram analisadas as instituições de carácter transversal, as que hoje em dia são chamadas de Sociedade Civil, onde são de destacar as confissões religiosas, os partidos políticos e as associações de produtores. Constatou-se que em condições de reconfiguração das instituições endógenas e do grande afastamento por parte das que são exógenas à sociedade rural, as instituições transversais vão ocupando os espaços vazios, primeiro na esfera social (confissões religiosas), depois na esfera administrativa (partidos políticos) e, por último na esfera económica (associações). É prematuro dizer-se que estas tendem a substituir as primeiras, mas é possível afirmar que se assiste a um redesenhar das áreas de actuação e de influência das várias instituições que se fazem sentir ao nível local.

Modelo da Interação das Quatro Variáveis do Desenvolvimento

Entendendo-se que um modelo não é mais do que uma representação do mundo real, uma representação que tenta capturar os elementos essenciais de uma situação real. Representação essa que, por sua vez, é uma abstracção construída sobre critérios específicos para a selecção dos factos (o mundo real dos cientistas) e um conjunto de premissas (o corpo conceptual dos cientistas). A investigação realizada permitiu desenhar o seguinte modelo de interacção das quatro variáveis para o desenvolvimento: *taxa de poupança; direitos fundamentais; tecido institucional; participação na tomada de decisões.*

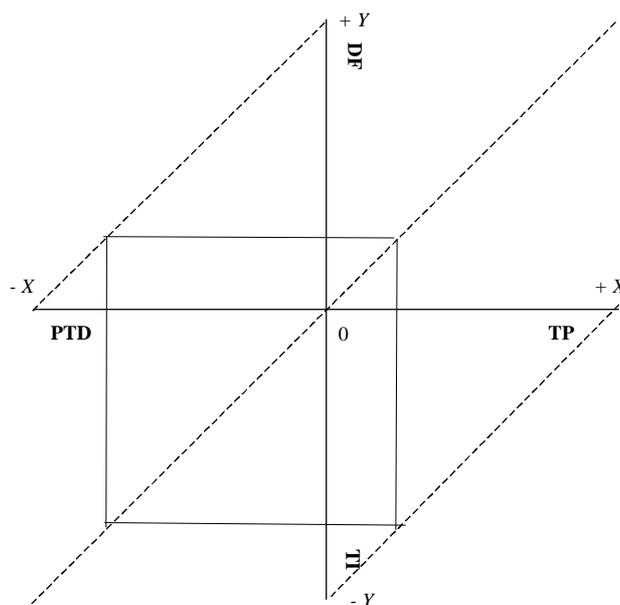


Fig 2: Interação das quatro variáveis do desenvolvimento

De acordo com o modelo são as correlações que se estabelecem entre estes eixos que permitem explicar e, conseqüentemente, actuar com vista à indução do desenvolvimento.

A primeira correlação é a que se desenvolve entre a concretização dos Direitos Fundamentais e o aumento da Taxa de Poupança. O aumento da Taxa de Poupança da família rural, em particular, e da unidade produtiva, em geral, está dependente do nível de escolaridade, da qualidade da água consumida, das condições nutricionais e de saúde, da sanidade do *habitat*, da equidade intergeracional do uso dos recursos e do exercício dos direitos. Quanto maior for a concretização dos direitos fundamentais do cidadão maior é a taxa de poupança da unidade produtiva.

A segunda correlação é a que se desenvolve no sentido inverso. Quanto maior for a Taxa de Poupança maior é a concretização dos Direitos Fundamentais.

Porém, o pleno funcionamento destas duas correlações deriva da consistência do Tecido Institucional e da participação activa dos cidadãos nos Processos de Tomada de Decisão. Quanto menos obstáculos forem apresentados pelas instituições públicas à delegação de poderes, mais rápido se concretizam os direitos fundamentais e maior é a poupança nacional. A consistência do tecido institucional e a democratização do poder têm relações de causalidade com o desenvolvimento.

Como então induzir o desenvolvimento?

A investigação realizada permite concluir que, para o conseguir o investimento deve ser orientado para:

- (i) A disponibilização de *dinheiro barato* ao sector empresarial nacional com a finalidade de aumentar a procura junto do sector familiar através da agro-indústria;

(ii) O estabelecimento de *parcerias de tipo novo* entre os sectores empresarial e o sector familiar, tendo este por capital os recursos naturais da zona que ocupa e o primeiro a tecnologia e o *know how* de gestão e de acesso aos mercados;

(iii) O desenvolvimento do *capital humano*, em particular através da educação básica, da melhoria da qualidade da água para consumo e das condições gerais de saneamento;

(iv) Na diminuição das *distâncias relativas* aos serviços, mercados e recursos através da construção de infraestruturas e da progressiva substituição dos combustíveis lenhosos por eléctricos e fósseis;

(v) Na reconstituição do *tecido institucional* tendo por princípios a participação a todos os níveis nos processos de tomada de decisão, o balanço nas relações de género e a incorporação das instituições endógenas e transversais nas dinâmicas da governação.

REFERÊNCIAS:

- Adelman, Irma, and C.T. Morris.** 1989. "Nineteenth-Century Development Experience and Lessons for Today"; *World Development*, vol 17, no.9.
- Baran, Paul.** 1957. *The Political Economy of Growth*; Monthly Review Press, New York.
- Bernstein, Henry.** 1977. Notes on Capital and Peasantry. *Review of African Political Economy* No.10.
- Binswanger, Hans & John McIntire.** 1987. Behavioral and Material Determinants of Production Relations in Landabundant Tropical Agriculture. *Economic Development and Cultural Change* Vol. 36, No. 1, October 1987; the University of Chicago, USA.
- Coquery-Vidrovitch.** 1985. Réflexions d'historienne. *Canadian Journal of African Studies*, Vol.19 No.1.
- Cruzeiro do Sul.** 1998. Relatório do Ano 1 do Projecto de Seguimento do Programa Estratégico de Nampula. Cruzeiro do Sul. Maputo.
- Cruzeiro do Sul.** 2000a. *Levantamento Socio-Económico da Província de Nampula*; Cruzeiro do Sul, Maputo.
- Cruzeiro do Sul.** 2000b. *Levantamento Socio-Económico dos Distritos de Moma, Angoche, Mogincual e Mogovolas*; Cruzeiro do Sul; Maputo.
- Ellis, F.** 1988. *Peasant Economics*; Cambridge University Press, Cambridge.
- Friedman, Milton.** 1980. *Free to Choose*; University of Chicago Press, Chicago.
- Geffray, C.** 1999. *Nem Pai nem Mãe. Afrontamento*. Porto.
- Isaacman, Allen.** 1989. Peasants and Rural Social Protest in Africa; *Working Paper* No.1, Series 1; Institute of International Studies; University of Minnesota.
- Johnson, M., A.D.McKay, and J.I. Round.** 1990. *Income and Expenditure in a System of Household Accounts: Concepts and Estimation*; The World Bank, Washington.
- Klein, M. (ed)** 1980. *Peasants in Africa*; Sage, Beverly Hills.
- Kongstad, Per and M. Monsted.** 1980. *Family, Labour and Trade in Western Kenya*; Centre for Development Research, Copenhagen.
- Lewis, W.A.** 1955. *The Theory of Economic Growth*
- Mafeje, Archie.** 1991. African Households and Prospects for Agricultural Revival in Sub-Saharan Africa. *Working Paper* 2/91; CODESRIA, Dakar, Senegal.
- Meillassoux, Claude.** 1975. *Femmes, Greniers & Capitaux*; François Maspero, Paris.
- Ministério do Plano e Finanças.** 2000. *Inquérito às Famílias*. mimeo. Maputo.
- Myrdal, Gunnar.** 1968. *Asian Drama: An Enquiry into the Poverty of Nations*, Pantheon Books, New York.
- Negrão, José.** 1995. *One Hundred Years of African Rural Family Economy: the Zambezi Delta in Retrospective Analysis*. Reprocentralen. Lund.
- Negrão, José.** 1997a. *Homens e Mulheres na Agricultura: Mitos e Realidades*, in: *Relações do Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*; DAA, UEM, pp 17-25.
- Negrão, José.** 1997b. *Re-thinking fashions of rural development*, in: *Mozambique: Perspectives on aid and the civil sector*; GOM, Netherlands, pp 107-123
- Prebish, Raúl.** 1984. Five Stages in my Thinking on Development. in: Meier&Seers (eds); *Pioneers in Development*; Oxford University Press, Washington.
- Rosenzweig, Mark R.** 1988. Labor Markets in Low-Income Countries; in: Chenery, Hollis and T.N. Srinivasan (eds). 1988. *Handbook of Development Economics*.
- Russell, Margo.** 1992. *Do Swazis Have Households? Why the Unit of Analysis Matters*; University of the Witwatersrand, mimeo.
- Saul, John and R. Woods.** 1971. African Peasants. in: T. Shanin (ed) *Peasants and Peasant Societies*; Penguin, London.
- Schultz, T.** 1964. *Transforming Traditional Agriculture*; Yale University Press, New Haven.
- Schultz, T.** 1988. Education Investments and Returns. in: Chenery&Srinivasan (eds), *Handbook of Development Economics*, Vol.1; Elsevier, Amsterdam.
- Serra, Almeida.** 1991. *Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social na República Popular de Moçambique, 1975-85*. Ph.D. dissertation, Universidade Técnica de Lisboa, mimeo.
- Shanin, Teodor.** 1971. *The Awkward Class*; Clarendon Press, Oxford.
- Shanin, Teodor.** 1973. The Nature and Logic of the Peasant Economy. *Journal of Peasant Studies*, No.1.
- UNICEF.** 1994. *The Situation of Children and Women in Mozambique*; Coopimagem, Maputo.
- World Bank.** 1989. *Sub-Saharan Africa: from Crisis to Sustainable Growth*; Washington.
- World Bank.** 1990. *Making Adjustment Work for the Poor: A Framework for Policy Reform in Africa*; Washington.